



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13127 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

NOVO ENSINO MÉDIO: A POLÍTICA CURRICULAR COMO ELO ENTRE O NEOLIBERALISMO CONSERVADOR E O NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA
Marlon Silveira da Silva - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

NOVO ENSINO MÉDIO:

A POLÍTICA CURRICULAR COMO ELO ENTRE O NEOLIBERALISMO CONSERVADOR E O NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Resumo: Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, muitas das demandas abandonadas (ou atacadas) durante o período anterior, mais diretamente, aquelas relacionadas às ações afirmativas, parecem voltar à cena, na escola e fora dela, através da produção de diferentes materiais, políticas e incentivos. Apesar disso, seria ingênuo acreditar que o retorno de tais demandas significasse o abandono de outras, como aquelas que se relacionam diretamente aos interesses do empresariado brasileiro e internacional. Nessa conjuntura, temos como intento evidenciar as demandas e interesses que estão sendo agenciados no processo de elaboração de políticas curriculares no Brasil, na transição de um projeto neoliberal conservador, para outro neoliberal progressista, a partir da construção e consolidação da proposta denominada Novo Ensino Médio. Metodologicamente, baseamos nos referenciais da pesquisa bibliográfica e da análise documental. Assim, pautados pelas redes de políticas dos estudos de Ball (2012; Ball e Junemann, 2012), além dos textos mais políticos de Butler (2009, 2015), Brown (2015) e Dardot e Laval (2016), entendemos que tal reforma proposta para a educação evidencia-se como uma estratégia da normatividade neoliberal, com o duplo objetivo de “mercadorizar” a educação e, ao mesmo tempo, formar capital humano a partir do investimento na lógica concorrencial e no empresariamento de si.

Palavras chave: Novo Ensino Médio; Neoliberalismo; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

Passados os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e os primeiros meses de governo do atual presidente, somos interpelados a fazermos um balanço, uma reflexão a respeito das perdas e ganhos no que diz respeito aos direitos civis e políticas públicas. Muitas das demandas abandonadas (ou atacadas) durante o período anterior (mais diretamente, aquelas relacionadas às ações afirmativas) parecem estar voltando à cena, na escola e fora dela, através da produção de diferentes iniciativas, materiais, políticas e incentivos, a exemplo da criação dos Ministérios das Mulheres, dos Povos Indígenas e Igualdade Racial. Além disso, lembramos também da criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Apesar destas investidas, seria ingênuo acreditar que a retomada de tais pautas e o avanço de importantes discussões significassem o abandono de outras, como aquelas que se relacionam diretamente aos interesses do empresariado brasileiro e internacional, tão presentes no governo de Bolsonaro. Nessa conjuntura, temos como intento aqui evidenciar as demandas e interesses que estão sendo agenciados no processo de elaboração de políticas curriculares no Brasil, na transição de um projeto conservador, com Bolsonaro, para outro progressista, com Lula, a partir das discussões em torno da proposta denominada Novo Ensino Médio.

Pautados pelas redes de políticas dos estudos de Ball (2012; Ball e Junemann, 2012), além dos textos mais políticos de Butler (2009, 2015), Brown (2015) e Dardot e Laval (2016), buscaremos também evidenciar os projetos de educação e sociedade que estão sendo agenciados por tais grupos, além de observarmos a centralidade (ou marginalidade), nas políticas curriculares, no que diz respeito às demandas por reconhecimento da diferença, bem como o enfraquecimento ou fortalecimento de políticas voltadas para o empreendedorismo e o individualismo.

Se é verdade afirmar que o sensível momento político atual desafia compreensões prévias sobre política, economia e sociedade e a dinâmica das relações de poder entre elas, também é correto dizer que outros olhares e percepções devem ser potencializados. Reduzir as complexas lutas políticas atuais a disputas entre demandas de esquerda x demandas de direita, ou a uma polarização política entre pró-Bolsonaro (extrema direita, confabuladores do “marxismo cultural”, da ideologia de gênero etc.) x anti-Bolsonaro (esquerda, marxistas, defensores de Direitos Humanos, minorias etc.) é invisibilizar outras tantas lutas e disputas que estão ocorrendo simultaneamente.

METODOLOGIA

Diante do desenvolvimento recente da produção em torno da problemática aqui proposta como pesquisa, seja para pensar o neoliberalismo, seja para pensar o avanço

conservador na educação, o primeiro movimento constituiu-se de uma pesquisa exploratória da bibliografia produzida nos últimos anos, pautada nos referenciais da pesquisa bibliográfica (PRADANOV; FREITAS, 2013), seguida do movimento de análise documental (CECHINEL, 2016). Sem ter a pretensão de utilizar um documento como “empíria”, nosso movimento foi utilizar materiais publicados por diferentes entidades, desde textos “oficiais” expedidos pelo Ministério da Educação (a exemplo do próprio texto da Lei que propõe o Novo Ensino Médio) até textos publicados por entidades que se posicionaram, pró e contra, a proposta do NEM, como a Carta Aberta pela revogação da Reforma do Ensino Médio, assinada em 2022 por quase 300 entidades representativas e grupos, como sindicatos, movimentos sociais, e associações científicas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

No Brasil, a articulação entre neoliberalismo e conservadorismo se agudizou a partir do golpe jurídico-parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. A relação de demandas conservadoras com o Estado brasileiro sempre foi bastante complexa, em especial aquelas capitaneadas por grupos religiosos católicos e, mais recentemente, pentecostais. No entanto, o golpe evidenciou um momento de rearticulação de forças políticas internas que culminou com a chegada efetiva ao poder da extrema direita. Como ocorrido também nos EUA, e na Europa ocidental com menos sucesso, assistimos ao esfacelamento e ao enfraquecimento de nossas democracias pela via institucional legal.

Desde o golpe, as políticas públicas brasileiras deram uma guinada conservadora e se tornaram explicitamente mais excludentes, após duas décadas de avanços em políticas de inclusão. Desde o fim dos anos 1990, as políticas públicas brasileiras vinham se alinhando a projetos neoliberais “progressistas”, incorporando convenções e acordos internacionais em defesa de direitos humanos que, por mais limitados que fossem, ampliaram o reconhecimento de vidas até então invisibilizadas pelos discursos dominantes. Com o golpe, o país alinhou-se a uma retórica assumidamente conservadora, inicialmente varrendo das políticas a referência a demandas de grupos “minoritários” e, em seguida, promovendo políticas explicitamente excludentes. A ampliação e o fortalecimento da agenda neoliberal-conservadora (no contexto atual brasileiro) ficaram manifestos com o lançamento, pelo Presidente Michel Temer (PMDB), do Programa “Ponte para o futuro”, acenando para um plano de governo descrito como austero e para a diminuição do papel do Estado na economia. A PEC 241 que congelou e limitou gastos públicos por vinte anos foi acompanhada por cortes orçamentários e pela redução de investimentos em áreas como saúde e educação. Avançou também uma reforma trabalhista que cortou benefícios, demonstrando o alinhamento do governo aos interesses de setores empresariais e financeiros. Ao mesmo tempo, fortaleciam-se as parcerias firmadas entre o executivo e grupos políticos identificados com a bancada religiosa cristã fundamentalista. Num primeiro momento, temas como gênero, sexualidade, cultura e religiões negras foram expurgados da Base

Nacional Comum Curricular, em seguida, o Novo Ensino Médio tentou hegemonizar um sentido empreendedor como horizonte normativo para uma educação universalizada. A consolidação do projeto neoliberal-conservador se ampliou com a eleição de Jair Bolsonaro, expressão de fortalecimento da extrema direita em sua aliança com o neoliberalismo, no caso brasileiro, em contraposição à articulação entre neoliberalismo e pensamento de esquerda (ou progressista).

A princípio, o abandono completo da retórica da democracia e da justiça social teve efeitos sobre o acirramento da razão neoliberal, de modo que estamos nos defrontando com uma governamentalidade biopolítica neoliberal, em que os indivíduos são orientados/subjetivados/educados por princípios econômicos, ao mesmo tempo que morais.

Criticada por diferentes instituições e profissionais da Educação preocupados em apontar suas muitas fragilidades, a Medida Provisória nº 746/16, que posteriormente se transformou na Lei nº 13.415/17, é atualmente uma das maiores expressões desse investimento neoliberal, uma vez que, embora veiculado como “modernização” da educação e possibilidade de liberdade e sucesso profissional, o NEM seja a expressão do atraso e da restrição da possibilidade de liberdade.

A análise do texto da Lei, bem como o que já pode ser verificado em alguns estados que nos últimos anos se pautaram nela para organizar seus currículos, nos leva a fazer uma série de reflexões. Das muitas críticas feitas à referida Lei, mobilizadas por distintos pesquisadores da área e que desde seu lançamento vem sendo destacadas, chamamos a atenção para as mais frequentes, como a falta de recursos públicos para o que se deseja, a precarização da formação em massa de jovens tendo como foco sua entrada no “mercado de trabalho”, o aprofundamento das desigualdades educacionais, o desregulamentação da profissão docente, etc.

Seguindo as reflexões iniciadas por Foucault (2008) em torno da governamentalidade neoliberal, tanto Brown (2015, 2018) quanto Dardot e Laval (2016) vêm pensando o neoliberalismo como normatividade. Para esses pesquisadores, o neoliberalismo em sua forma atual

busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens (BROWN, 2018, P. 7).

Nesse sentido, a empresarização das diferentes instâncias da vida se torna mais intensa. A autossuficiência como algo moral ganha relevo numa sociedade em que os

indivíduos passam a ser vistos como empresas que competem entre si. Assim, ela se torna um imperativo teleológico para a educação, tornando a escola uma expressão do Estado cada vez mais neoliberalizado e conservador.

Ainda que no momento atual tenhamos estancado o avanço conservador (reacionário, racista, classista, LGBTQIA+fóbico) e estejamos assistindo o retorno de certas políticas afirmativas (mesmo que timidamente) e que estas mesmas políticas também são expressão da governamentalidade neoliberal, é preciso reconhecer que as demandas e interesses neoliberais seguem fortalecidos e disputando nossos currículos e demais políticas em diferentes esferas (a exemplo da Reforma Previdenciária e da Reforma Trabalhista). Dito de outra maneira, é preciso seguirmos sendo críticos à ausência de reconhecimento da diferença e da alteridade nas políticas curriculares atualmente em disputa, jogadas para fora do Novo Ensino Médio, uma vez que “poderes normativos e normalizadores (...) definem a inteligibilidade cultural e regulam a distribuição de vulnerabilidade”, “relegando e tornando pessoas abjetas” (BUTLER e ANASTASIOU, 2013, n.p.).

As ações iniciais do novo governo atual têm indicado que o MEC segue tendo redes de atores privados como um de seus principais interlocutores, na defesa de um currículo marcado pela definição de métricas quantitativas com vistas a testagem. Desde à composição da equipe de transição ao reiterado exemplo de Sobral – que justificou inclusive a escolha do Ministro da Educação e da Secretária de Ensino Fundamental – fica patente a influência de formas de governança alinhadas à racionalidade neoliberal.

CONSIDERAÇÕES

Conforme verificado, com ênfase em termos como “empreendedorismo”, “projeto de vida” (em outras palavras, um “empreendedorismo de si”) e disfarçado de inovador e tecnológico, além de apresentado como possibilidade de liberdade de escolha para alunos que se encontram nos últimos anos da educação básica, o Novo Ensino Médio mascara a falta de financiamento público na educação, além de uma formação deficitária em áreas como as Ciências Humanas, agudizando os abismos que separam estudantes da rede pública dos estudantes da rede privada. Assim, o Novo Ensino Médio, ao lado da Base Nacional Comum Curricular, deve ser pensado como projeto de manutenção dessa hegemonia que prioriza interesses do mercado em detrimento de uma gestão democrática da escola pública e de seu financiamento.

Neste momento em que nós, do campo da educação/pesquisa e dos movimentos sociais avaliamos as primeiras ações do atual governo, é preciso reconhecer o caráter predatório da reforma proposta para o ensino médio que, entre avanços e (parcos) recuos, segue sendo uma das discussões que nos toca e nos é cara, muito “cara”.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. *Foucault, power and education*. New York: Routledge, 2013.
- BALL, S. J.; JUNEMANN, C. *Networks, new governance and education*. Bristol: The Policy Press, 2012.
- BRASIL. *Lei nº 13.415/2017*. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. *Portaria nº 1432/2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio*. Brasília, DF, 2018.
- BROWN, W. *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- BUTLER, Judith; ANASTASIOU, Athena. *Dispossession: The performative in the political*. Cambridge: Polity, 2013.
- BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015c.
- BUTLER, J. *Vida precária: El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CECHINEL, A. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC*. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./Jun., 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no College France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.